

HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DA NEGRITUDE

AS IRMÃS NARDAL EM PERSPECTIVA

MORMIN-CHAUVAC, Léa. *As irmãs Nardal: A vanguarda da causa negra*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2025. 192 páginas.

A obra *As irmãs Nardal: A vanguarda da causa negra*, escrita por Léa Mormin-Chauvac, constitui uma intervenção historiográfica significativa no campo dos estudos afro-diaspóricos e da história intelectual da Negritude. A autora, pesquisadora contemporânea vinculada à reconstrução crítica das genealogias do pensamento negro francófono, dedica-se à reconstituição da trajetória de Paulette, Jane, Émilie, Alice, Cécile, Lucie e Andrée Nardal – sete irmãs, intelectuais martinicanas, cuja participação foi decisiva na formação do movimento da negritude, mas posteriormente silenciada por processos de apagamento patriarcal e colonial. Seu trabalho dialoga com pesquisas anteriores sobre os feminismos negros francófonos e sobre o papel de redes transatlânticas

nos debates culturais do entreguerras, contribuindo para a consolidação de uma história intelectual mais ampla e plural do pan-africanismo.

O problema central que estrutura a pesquisa consiste em desestabilizar a narrativa canônica que associa a origem da Negritude exclusivamente a figuras masculinas como Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e Léon-Gontran Damas. Mormin-Chauvac argumenta que o movimento não emergiu de uma genialidade individual masculina, mas das articulações culturais, linguísticas e políticas promovidas inicialmente pelas irmãs Nardal – especialmente por meio do salão literário de Clamart, na periferia de Paris e da revista *Revue du Monde Noir* (1931-1932). O prefácio de Alain Mabanckou (2023) reforça essa tese ao

denunciar a “ingratidão histórica” que relegou essas mulheres à condição de precursoras invisibilizadas, apesar da centralidade de suas ações na circulação de ideias pan-africanistas e no diálogo com a *Harlem Renaissance*. Para o autor, o movimento seria impossível sem o trabalho prévio dessas mulheres; ele nos convoca a “questionar nossa responsabilidade pela ingratidão para com essas personagens femininas que estiveram na origem de nossa liberdade de pensamento” (p. 7), mesmo reconhecendo que o trio masculino consolidou sua projeção pública.

Assim, o livro formula uma hipótese historiográfica objetiva: a história oficial da Negritude é resultado de um processo de apagamento epistêmico que não apenas marginalizou mulheres negras, mas reescreveu um movimento coletivo como epopeia masculina individualizada. O apagamento teria sido reforçado pela predominância masculina em espaços de consagração intelectual e política, como o Primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros (1956), no qual havia cinquenta e dois participantes homens e apenas uma mulher – dado usado

como evidência do enquadramento patriarcal do movimento.

Metodologicamente, a autora articula genealogia intelectual, crítica feminista negra e revisão documental, mobilizando fontes dispersas como as edições da *Revue du Monde Noir*, entrevistas de Paulette Nardal realizadas por Philippe Grollemund (1974–1975) e documentos preservados por descendentes da família na Martinica. Entretanto, reconhece que o incêndio ocorrido na década de 1950, que destruiu parte dos arquivos familiares, limita o acesso a fontes diretas, configurando o que denomina uma “arqueologia de vestígios” – trabalho necessário precisamente por causa das dinâmicas de apagamento racial e de gênero que acompanharam tanto a história quanto seu registro documental.

O objetivo da obra é, portanto, reinscrever as irmãs Nardal como agentes estruturantes da Negritude, reconstruindo suas contribuições para além da narrativa auxiliar ou periférica. Mormin-Chauvac busca não substituir protagonistas, mas ampliar os marcos do movimento ao enfatizar processos coletivos, redes transatlânticas, sociabilidades literárias e

pensamento racial negro articulado por mulheres em espaços não reconhecidos pela historiografia oficial. Seu aporte inovador reside na produção de uma contra-história que descoloniza o cânone literário francófono e interpreta a Negritude como fenômeno diaspórico e feminista, reafirmando o papel das mulheres negras na constituição de epistemologias políticas modernas.

No primeiro capítulo, “O fogo: no rastro de mulheres esquecidas”, Mormin-Chauvac inicia com o incêndio de 1956 que destrói a casa da família Nardal em Fort-de-France. Esse evento é apresentado como ponto de partida simbólico e material de apagamento: não apenas reduz a cinzas o espaço físico que representava ascensão social negra em uma sociedade pós-escravista marcada por hierarquias raciais, como também destrói parte dos arquivos pessoais que permitiriam rastrear o papel das irmãs na construção de uma consciência intelectual negra. A autora utiliza aqui uma abordagem que combina história social da família e análise espacial, mostrando como a disposição interna da casa – com andares e entradas diferentes para cada irmã, mas mantendo unidade doméstica – refletia

simultaneamente coesão familiar e autonomia de mulheres letradas. A genealogia apresentada evidencia que as Nardal não foram exceção isolada, mas resultado de um projeto familiar pós-abolicionista encabeçado por Paul Nardal, primeiro engenheiro negro formado na Escola de Artes e Ofícios de Paris, cujo percurso marca a tensão entre meritocracia republicana e racismo colonial. O capítulo também sublinha como a casa funcionou como polo cultural e musical, antecedendo os salões intelectuais que mais tarde surgiriam em Paris. Ao enfatizar o catolicismo, o cultivo musical e a recusa em aderir à estética de embranquecimento valorizada pela elite martinicana, Mormin-Chauvac argumenta que as irmãs já encarnavam, antes mesmo da Negritude formalizada, um projeto de afirmação racial negra, intelectualizada e moralmente legitimada pela distinção cultural. Assim, o objetivo teórico do capítulo é demonstrar que o despertar político das irmãs é fruto de uma genealogia doméstica negra, católica e instruída, e que o incêndio de 1956 deve ser lido como metáfora do apagamento colonial de mulheres negras intelectuais.

No segundo capítulo, “Paris 1920: no coração da efervescência negra”, Mormin-Chauvac desloca o foco do espaço doméstico do Caribe para o campo intelectual parisiense, articulando história cultural da diáspora, crítica racial e estudos sobre redes intelectuais transnacionais. A autora reconstitui a chegada de Paulette a Paris em 1920 como momento inaugural de “descoberta racial”: a identidade negra, antes implícita na Martinica, torna-se consciência política diante do olhar racializado europeu. Esse deslocamento geográfico produz também um deslocamento epistêmico – o negro passa de sujeito colonial disperso para sujeito diaspórico global. A autora analisa fontes primárias, incluindo entrevistas de Paulette a Philippe Grollemund, e artigos publicados pelas irmãs, para demonstrar como a vivência universitária na Sorbonne, marcada por exotização e teorias raciais ainda influenciadas por Gobineau, produziu consciência racial e também consciência de gênero, já que sua presença intelectual feminina é duplamente contestada. Paralelamente, Mormin-Chauvac situa as irmãs na efervescência cultural negra parisiense

da década de 1920, marcada pelo *Harlem Renaissance*, pelas performatividades musicais caribenhas e por uma circulação inédita de intelectuais afro-americanos, antilhanos, haitianos e africanos. Essa contextualização permite entender a criação do salão das irmãs Nardal em Clamart como uma instituição política: não apenas espaço social, mas laboratório intelectual de convergência pan-africana. É nesse ambiente que surge a *Revue du Monde Noir* (1931-1932), analisada como o primeiro periódico francófono a articular um projeto transnacional negro com vocação cosmopolita, bilíngue e moderada. Mormin-Chauvac mostra que a revista tinha objetivos explícitos de divulgar artes e ciências negras, construir redes morais e intelectuais entre povos negros e promover pedagogias culturais antirracistas, ainda que dentro do paradigma liberal republicano. Por meio de arquivos, cartas e depoimentos, a autora demonstra que esse projeto antecede e inspira diretamente a formulação da Negritude, embora seja posteriormente eclipsado pelas tendências anticoloniais mais radicais e por uma leitura masculinista da história.

No terceiro capítulo, “Além da biografia: um caso de transmissão de memória”, Mormin-Chauvac desloca a análise para o campo da memória histórica e da crítica metodológica. Aqui o objetivo teórico não é reconstituir fatos, mas problematizar as formas como esses fatos são narrados, lembrados, silenciados ou ressignificados. A autora utiliza como eixo interpretativo entrevistas com o historiador Gilbert Pago, que argumenta que a trajetória das irmãs deve ser compreendida em uma genealogia geracional das sociedades pós-abolicionistas. Assim, as Nardal são posicionadas como a terceira geração pós-abolição – aquela que, após celebrar a liberdade e questionar a escravidão, mobiliza consciências raciais e conecta lutas negras transatlânticas. No entanto, Mormin-Chauvac mostra como essa trajetória sofre distorções no tempo, seja por reconstrução autobiográfica interessada, seja por apagamentos institucionais. O capítulo mobiliza o referencial teórico de Pierre Bourdieu, especialmente a noção de “ilusão biográfica”, para analisar como Paulette reorganiza retrospectivamente seu papel histórico em entrevistas,

construindo uma narrativa coerente que nem sempre corresponde às ambiguidades de sua atuação política, marcada por moderação anticolonial, vínculo com valores republicanos e alianças conservadoras, como no apoio à candidatura de Lagrosillière contra Césaire em 1945. A autora argumenta que essas ambiguidades foram usadas para justificar sua exclusão da memória oficial da esquerda nacionalista martinicana, que privilegia Aimé Césaire e apaga intelectuais femininas e moderadas. Assim, o capítulo apresenta um diagnóstico de apagamento baseado não apenas em ausência de fontes, mas em disputas políticas pela memória negra.

Ao articular genealogia familiar, redes pan-africanas e crítica historiográfica da memória, Mormin-Chauvac demonstra que as irmãs Nardal constituem o que poderíamos chamar de matriz fundadora e silenciosa da Negritude, não como epifenômeno das trajetórias masculinas, mas como infraestrutura intelectual, cultural e política que possibilitou sua emergência. A tese implícita é que recuperar a história da Negritude exige recuperar as mulheres que a pensaram antes de ser nomeada – e isso implica

combater tanto arquivos destruídos pelo fogo quanto narrativas destruídas pelo patriarcado colonial e acadêmico.

O Capítulo 4, “Antagonismos e Enfrentamentos Ideológicos”, investiga o contexto político e intelectual que permeou a recepção de *La Revue du monde noir* e destaca como as irmãs Nardal atuaram no centro de debates divergentes na Paris colonial dos anos 1930. Situada no auge da propaganda imperial francesa, epitomizada pela Exposição Colonial de 1931, a revista nasce em meio à tensão entre projetos antirracistas moderados e políticas revolucionárias de ruptura, especialmente aquelas articuladas pelos marxistas antilhanos de *Légitime Défense*, que acusavam o círculo de Clamart de assimilacionismo, elitismo e convivência com estruturas coloniais. Ao reconstruir esse embate, o capítulo evidencia que Paulette e Jane Nardal não eram figuras apolíticas, mas intelectuais com estratégias distintas de intervenção pública – Paulette ancorada no catolicismo social e no universalismo republicano, Jane mais próxima às redes comunistas e pan-africanistas –, cujas posições resultaram inclusive na vigilância policial pelo aparato colonial. Assim,

o capítulo demonstra que o campo negro francófono não era homogêneo, mas atravessado por disputas de classe, religião, gênero e ideologia, e argumenta que o conflito entre ruptura revolucionária e integração democrática não constituiu uma cisão linear, mas um território complexo de estratégias concorrentes para redefinir o lugar do negro na modernidade.

No capítulo 5, “Negritude: Nascimento de um Conceito”, Mormin-Chauvac investiga o surgimento da Negritude no ambiente parisiense dos anos 1930, analisando o aparecimento do termo nas publicações de Aimé Césaire no jornal *L'Étudiant noir* (1935), contextualizando-o no movimento universitário negro e nas redes políticas comunistas da época. Seu objetivo é demonstrar que a Negritude nasce como projeto coletivo e relacional, não como formulação isolada de Césaire. Para isso, articula referenciais de história intelectual afro-atlântica (Edwards, Condé, Ngal) e estudos sobre cosmo-politismo negro; apresenta dados históricos relacionados à *Revue du monde noir* (1931-1932), à mediação cultural realizada pelas irmãs Nardal e ao diálogo com autores

do *Harlem Renaissance*, como Hughes, Locke e McKay. Mostra que Césaire rompe com o universalismo moderado dessas iniciativas ao politizar o conceito de negritude enquanto arma revolucionária, mas que esse gesto só se torna possível devido à infraestrutura intelectual previamente organizada pelas irmãs. A análise do conto “Guignol ouolof”, de Paulette Nardal, sustenta a tese de que sua contribuição teórica priorizava solidariedade racial e mediação intercultural, distinta, porém fundamental, para a formulação posterior do movimento.

No capítulo 6, “Os Anos Difíceis”, a autora desloca o foco para as tragédias pessoais que reconfiguram o lugar de Paulette no cenário político e intelectual, sobretudo a morte de Andrée Nardal, o naufrágio do navio *Bretagne* em 1939, e o acidente que torna Paulette uma pessoa com deficiência. O objetivo do capítulo é demonstrar como experiências corporais de dor e fragilidade transformaram sua atuação do cosmopolitismo parisiense para um engajamento cívico e espiritual marcado por limites físicos e rupturas afetivas. O referencial teórico recorre a estudos sobre biopolítica colonial, corpo negro e trauma

(Joseph-Gabriel; Saidiya Hartman), compreendendo o corpo de Paulette como arquivo histórico. Documentos hospitalares, telegramas financeiros enviados por Louis-Thomas Achille e correspondências enviadas da Inglaterra constituem evidências usadas para sustentar que a guerra e o acidente interrompem seu papel como elo transatlântico central, iniciando um novo ciclo político.

O capítulo 7, “Retorno à Terra Natal”, acompanha a reinserção de Paulette na Martinica sob o regime de Vichy, demonstrando como a vigilância colonial, a censura e o empobrecimento impactaram sua atuação intelectual. O objetivo do capítulo é desnaturalizar a ideia de retorno como reencantamento identitário, mostrando que a volta implicou perda de autonomia, sofrimento físico e silenciamento político. Mormin-Chauvac mobiliza abordagens da história política do colonialismo (apoiando-se em fontes como *Tropiques*) e pesquisas de Gilbert Pago sobre a resistência antilhana para evidenciar as contradições entre cidadania formal e exclusão racial. A análise da negativa estatal à pensão como vítima de guerra comprova

materialmente o racismo institucional francês contra colonizados.

No capítulo 8, “A União Feminina: de Volta à Arena Política”, a autora demonstra que Paulette reorganiza sua atuação política fundando um movimento feminista cristão voltado para a educação para o voto e a formação cívica das mulheres. O objetivo do capítulo é evidenciar a mudança de sua militância: de mediadora intelectual transatlântica para líder institucional local. A teoria dialoga com estudos sobre feminismo negro não radical, catolicismo político e movimentos de mulheres no pós-guerra. As fontes principais são edições do jornal *La Femme dans la cité* e relatórios enviados ao *Colonial Information Office*. A comparação entre a União Feminina e a União das Mulheres da Martinica, liderada por Jane Léro, comprova a hipótese da autora de que o campo político feminino negro na ilha era heterogêneo e marcado pela disputa entre projetos reformistas burgueses e mobilizações populares comunistas.

No capítulo 9, “À Sombra de Césaire”, examina-se a ascensão política de Aimé Césaire e suas implicações nas disputas internas da

Martinica e no apagamento intelectual das irmãs. O objetivo é demonstrar que a consagração de Césaire ocorre à custa da marginalização simbólica de agentes pré-existentes, entre eles Paulette e sua família. Utilizando teoria crítica sobre heroificação masculina nos movimentos negros, a autora articula dados eleitorais, ataques publicados em jornais comunistas, agressões racistas e o contexto social da departamentalização de 1946, demonstrando como o discurso político dominante recompôs hierarquias raciais, de classe e gênero. A análise das ofensas públicas (“Vênus hotentote”, “mulher negra com saudade do chicote”) serve como evidência de violência simbólica racializada.

O capítulo 10, “Deputada na ONU”, desloca novamente o cenário, agora para Nova York, onde Paulette atua em instâncias internacionais ao lado de Ralph Bunche. O objetivo é revelar que sua militância adquire dimensão transnacional via instituições diplomáticas, reconfigurando sua identidade política na chave humanista e espiritual. O referencial teórico articula direitos humanos, descolonização e cristianismo político. Fontes jornalísticas da imprensa afro-americana e registros

institucionais da ONU comprovam sua ação como representante dos Territórios Não Autônomos.

No capítulo 11, “A Igualdade Ultrajada”, Mormin-Chauvac aborda a falência do projeto de igualdade prometido pela departamentalização. O objetivo é demonstrar que a cidadania “universal” francesa permanece racializada, com desigualdades salariais, previdenciárias e administrativas entre metropolitanos brancos e antilhanos. A autora utiliza teoria sobre colonialismo interno e racialização do trabalho, mobilizando dados sobre greves de 1946 a 1953, a “Petição dos 18” e denúncias de Gilbert Gratiant. A atuação das irmãs durante as greves, organizando escolas alternativas, comprova sua relevância social e educacional.

No capítulo 12, “Sa Ki Ta Nou”, o foco retorna à cultura, demonstrando como Paulette se torna agente de descolonização simbólica ao fundar o coral *Joie de Chanter*. O objetivo é mostrar que a música é política e que o resgate da cultura crioula constitui forma de luta antirracista. A obra mobiliza teoria sobre memória sonora, raça e cultura popular. Fontes incluem depoimentos de Jacques Catayée,

partituras, arranjos e gravações de 1976. Os arrangements de *bèlè* e espirituais exemplificam resistência estética e crítica ao colorismo.

No capítulo 13, “O Incêndio”, o incêndio de 1956 destrói a casa da família, apagando arquivos, cartas, bibliotecas e retratos – evento que simboliza, para Mormin-Chauvac, não apenas perda material, mas destruição física da memória negra intelectual. O objetivo é revelar como o esquecimento histórico das Nardal não é casual, mas resultado de processos materiais de destruição e deslegitimação. A autora utiliza teoria do apagamento (Saidiya Hartman, Michel-Rolph Trouillot) e relatos de descendentes para reconstruir o episódio.

No capítulo 14, Léa Mormin-Chauvac analisa o reconhecimento tardio das contribuições das irmãs Nardal, mostrando que embora Paulette tenha sido uma das principais formuladoras das redes intelectuais que possibilitaram a emergência da Negritude, seu nome foi sistematicamente apagado ao longo do século XX, enquanto os intelectuais homens associados ao movimento – sobretudo Aimé Césaire e Léopold

Sédar Senghor – tornaram-se ícones políticos e literários celebrados internacionalmente. O objetivo do capítulo é demonstrar que a consagração masculina dentro da Negritude resulta de dinâmicas de apagamento estruturadas por gênero, classe, religiosidade e posicionamentos políticos, e que o reconhecimento posterior, embora significativo, não reposiciona Paulette e Jane na centralidade historiográfica merecida. Para isso, Chauvac dialoga com a interpretação de Cécile Bertin-Élisabeth (2021)¹, que propõe a metáfora *serin* (crepúsculo) e *douvanjou* (alvorecer) para caracterizar, respectivamente, a fase de apagamento e o momento de recuperação histórica; mobiliza ainda debates sobre memória intelectual negra, patriarcado nos movimentos anticoloniais, crítica feminista da autoria e disputas epistemológicas internas à Negritude. As principais evidências utilizadas para sustentar a tese são as correspondências entre Joseph Zobel e Senghor, nas quais o escritor reivindica a presença de Paulette no

Primeiro Festival Mundial das Artes Negras de 1966, evento que reuniu figuras centrais do pensamento negro internacional, mas do qual as irmãs foram excluídas sob justificativas logísticas e financeiras. A autora destaca que Zobel equipara Paulette a Senghor, chamando-a de “camarada”, gesto simbólico de reconhecimento político entre pares, embora não efetivado institucionalmente. Além disso, documenta-se a condecoração de Paulette como Comendadora da Ordem Nacional do Senegal – entregue discretamente na Martinica, não pelo próprio Senghor, mas por autoridades locais, interpretada pela crítica como reconhecimento parcial e compensatório. A análise também incorpora depoimentos de Annie Ramin, que atribui o silenciamento à conjugação entre patriarcado e disputas autorais masculinas, além de possíveis dimensões afetivas, sugerindo que a invisibilização não é apenas política, mas também relacional. O capítulo articula essas evidências para reforçar a tese de que o reconhecimento tardio não corrige o apagamento histórico, mas o revela; a memória pública da Negritude continua assentada em heróis masculinos, enquanto o trabalho intelectual

1 C. Bertin-Élisabeth e V. Trancart (org.). “Mondes noirs: Hommage à Paulette Nardal”, *Flamme (Fédérer Langues, Itérités, Marginalités, Médias, Éthique)*, n. 1, Universidade de Limoges, out. 2021

das mulheres negras permanece relegado à “sombra” dos protagonistas canonizados.

O capítulo também discute as disputas teóricas dentro do próprio campo, especialmente a interpretação de Jean-Paul Sartre em *Orphée Noir* (1948), que concebe a Negritude como etapa intermediária rumo a uma síntese universal sem raças, subalternizando a epistemologia negra e reinscrevendo o pensamento anticolonial dentro de um marco dialético europeu. Mormin-Chauvac argumenta que essa leitura contribuiu para marginalizar agentes intelectuais que não se enquadravam na formulação política centralizada na luta marxista, como as irmãs Nardal, cuja abordagem cristã, reformista e cultural foi desvalorizada em contraste com discursos revolucionários masculinos. Ao final, a autora demonstra que o reconhecimento oficial de Paulette, embora politicamente relevante, reafirma sua posição como educadora e mediadora cultural, e não como autora fundadora do movimento. Assim, o capítulo confirma a hipótese central de que a Negritude foi construída por múltiplas mãos, e que o mito do “gênio masculino solitário” apagou deliberadamente a participação das mulheres

negras que pavimentaram o terreno intelectual da diáspora.

No capítulo 15, Mormin-Chauvac desloca o debate para além da Negritude, utilizando o título dado por Tracy Denean Sharpley-Whiting à antologia *Beyond Negritude*² para argumentar que Paulette Nardal não deve ser reconhecida apenas como precursora do movimento, mas como intelectual fundadora do feminismo negro francófono e articuladora de uma política transnacional de mulheres negras. O objetivo central do capítulo é demonstrar que Nardal produziu um pensamento político autônomo, cuja relevância extrapola o enquadramento historiográfico que a reduz a figura preparatória para a consagração posterior de intelectuais homens. A autora mobiliza referencial teórico dos feminismos negros (Sharpley-Whiting, Awa Thiam, Darlene Clark Hine, Annette Joseph-Gabriel, Fania Noël), teoria anticolonial e estudos sobre diásporas, articulando literatura, política e circulação atlântica. Entre as principais evidências históricas

2 NARDAL, Paulette. *Beyond Negritude: Essays from Woman in the City* [Além da Negritude: ensaios de *Mulher na cidade*]. Tradução, introdução e notas de Tracy Denean Sharpley-Whiting. Nova York: State University of New York Press, 2009.

examinadas estão o texto “Éveil à la conscience de race”, publicado na *Revue du monde noir*, no qual Nardal formula que as mulheres negras percebem mais rapidamente a urgência da solidariedade racial devido à dupla opressão de gênero e raça – enunciado que ecoa no pensamento contemporâneo como equivalente francófono de *Ain’t I a Woman?* de Sojourner Truth. Mormin-Chauvac também analisa contos como *En exil* e textos jornalísticos de *Le Soir*, que exploram a pluralidade identitária das mulheres negras antilhanas e evidenciam os limites do universalismo republicano francês, reafirmando a persistência da alteridade racial mesmo entre mulheres negras burguesas educadas sob a lógica europeia.

O capítulo ainda discute a atuação de Paulette no campo político institucional e religioso, destacando sua defesa do sufrágio universal e da integração cidadã das colônias à República Francesa. Mormin-Chauvac argumenta que sua moderação não deve ser interpretada como conservadorismo passivo, mas como estratégia política cristã-democrata, próxima à noção de “cultura da dissimilitude” desenvolvida por Darlene Clark Hine,

que identifica o silêncio e o recato como mecanismos de proteção e sobrevivência de mulheres negras em contextos de violência racial e sexual. O retorno de Paulette à circulação transnacional na década de 1960 por meio da revista *AWA: la revue de la femme noire*, é apresentado como continuidade da rede intelectual de mulheres negras iniciada na *Revue du monde noir*, reforçando o papel transatlântico das Nardal como mediadoras culturais, apesar das críticas masculinas que acusavam a revista de narcisismo e particularismo. Na conclusão, Mormin-Chauvac aproxima as irmãs do argumento de Awa Thiam (1978)³, segundo o qual mulheres negras atuaram como guardiãs da civilização africana diante do colonialismo, preservando memória cultural, música, narrativa e herança afro-diaspórica. O capítulo finaliza demonstrando que a relevância de Paulette ultrapassa sua participação na gênese da Negritude, constituindo-a como intelectual antirracista e feminista cujas estratégias políticas, por meio da cidadania e da mediação cultural, são fundamentais

3 THIAM, Awa. *La Parole aux négresses*, prefácio de Benoîte Groult. Paris: Éditions Denoël, 1978.

para compreender as formas plurais de resistência negra no Atlântico.

A obra representa um avanço notável ao recolocar as irmãs Nardal no centro da história intelectual negra francófona. Um passo adicional, que pode fortalecer ainda mais essa contribuição, seria explorar referenciais oriundos das epistemologias africanas e afrodiaspóricas – como o womanism (Mary Kolawole), o motherism (Catherine Acholonu) e o conceito de matripotência (Oyèrónké Oyèwùmí). Esses marcos conceituais permitem compreender a agência feminina não apenas como resposta política moderna, mas como continuidade de matrizes civilizatórias africanas.

Sob essa lente, as oportunidades educativas, religiosas e cosmopolitas vividas pelas Nardal deixam de figurar unicamente como exceções históricas associadas à mobilidade social burguesa e revelam-se também como expressões de uma memória ancestral de partilha de poder entre homens e mulheres – memória incorporada em disposições, isto é, em

um habitus (Bourdieu) modelado por valores afro-atlânticos e não exclusivamente pelos cânones ocidentais de gênero e modernidade.

Essa ampliação interpretativa desloca leituras centradas apenas em parâmetros euro-referenciados de emancipação e abre espaço para perceber suas redes intelectuais – da *Revue du monde noir* a AWA – como continuidade de formas comunais de sociabilidade negra pós-escravidão, e não somente como respostas periféricas à cultura francesa. Nesse sentido, incorporar perspectivas afrocentradas não atua como contraposição, mas como chave complementar que permite reconhecer que as Nardal mobilizaram lógicas de organização femininas negras que antecedem o colonialismo, reconfigurando o feminismo negro não como derivação do pensamento ocidental, mas como produção autônoma, transnacional e enraizada em matrizes africanas.

Thais Alves Marinho  

PUC Goiás

doi: 10.9771/aa.v0i72.72614